

## ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO Nº. 018/2021/PreviD  
EDITAL, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2021/PreviD  
TIPO: “MENOR PREÇO” – APURADO PELO MENOR VALOR GLOBAL

### 1. DO OBJETO

- 1.1. Constitui-se objeto do presente Termo de Referência à **Contratação de Empresa Especializada para a prestação de serviços em Assessoria e Consultoria Atuarial, conforme moldes da Portaria Nº 464/2018 e alterações posteriores**, visando atender as necessidades do Instituto de Previdência Social dos Servidores do Município de Dourados/MS – PreviD.

### 2. DA JUSTIFICATIVA:

- 2.1. De acordo com o art. 40 da Constituição Federal, o artigo 1º da Lei nº 9.717/1998, o art. 8º da Portaria MPS nº 402/2008, a Portaria MPS nº 464/2018, o art. 5º, §6º, I da Portaria MPS nº 204/2008 e demais legislações que versam sobre regras gerais para organização e funcionamento dos Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS, o Instituto de Previdência Social dos Servidores do Município de Dourados/MS tem como obrigatoriedade *garantir o equilíbrio financeiro e atuarial*.
- 2.2. Em razão das determinações legais a serem seguidas, principalmente, no que tange a Portaria nº 464/2018, que estabelece normas aplicáveis às avaliações atuariais dos Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e define parâmetros para a definição do plano de custeio e o equacionamento do déficit atuarial, faz-se necessário a atuação de profissionais com *expertise* em atuária, com vistas a obtenção de informações para o devido acompanhamento dos cálculos atuariais e demais atos que são exigidos pela Secretaria de Previdência.
- 2.3. Ante a ausência de profissionais nesta entidade autárquica com tal capacitação para a realização de assessoria e consultoria, emissão de pareceres e acompanhamento do cenário atuarial, entende ser de elevado risco para o RPPS a Avaliação Atuarial sem o auxílio de uma consultoria, uma vez que tais atividades são de alta complexidade, exigindo grande rigor técnico, podendo obter, como consequência, relatórios e resultados que não dê segurança aos seus tomadores de decisão e órgãos de fiscalização e deliberativo ou geração de resultados ineficientes e impactos negativos ao Instituto.
- 2.4. Considerando, o último levantamento realizado em agosto/2021, o Instituto possui uma quantidade de **6.439 (seis mil, quatrocentos e trinta e nove) servidores ativos e inativos beneficiados por este RPPS** e por todo o exposto, torna-se imprescindível a contratação de Empresa Especializada para a prestação de serviços em Assessoria e Consultoria Atuarial.

### 3. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 3.1. De acordo com o previsto no Decreto Municipal nº 3.447, de 23 de fevereiro de 2005, bem como, na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, os serviços a serem contratados enquadram-se como comum, pois os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos, por meio de especificações usuais no mercado.
- 3.2. Os serviços a serem contratados constituem-se como atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.



- 3.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e à Administração Pública CONTRATANTE, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

#### 4. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

- 4.1. Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002; Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019; Decreto Municipal nº 3.447, de 23 de fevereiro de 2005; Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006; Lei Complementar Municipal nº 331, de 03 de julho de 2017 e alterações, aplicando-se ainda, subsidiariamente, a Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993; Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998; Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003; Emenda Constitucional nº 47, de 05 de julho de 2005; Lei Federal nº 9.717, de 27 de novembro de 1998; Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000; Portaria MPS nº 204, de 10 de julho de 2008 ; Portaria MPS nº 402, de 10 de dezembro de 2008 e Portaria do MPS nº 464, de 19 de novembro de 2018.
- 4.2. O procedimento licitatório será realizado na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, pelo tipo MENOR PREÇO, apurado pelo **MENOR VALOR GLOBAL**.

#### 5. DA HABILITAÇÃO TÉCNICA

- 5.1. Exigir-se-á das empresas as seguintes qualificações técnicas:

- 5.1.1. **Apresentação de Atestado de Capacidade Técnica**, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, declarando que a licitante executa/executou serviços pertinentes e compatíveis ao objeto desta licitação, devendo informar o nível de satisfação com a qualidade e presteza no processo de fornecimento dos mesmos:

- 5.1.1.1. Devido à complexidade da elaboração das Avaliações Atuariais e considerando o grande quantitativo de segurados do Plano PreviD e com o objetivo de mensurar a capacitação dos licitantes através de avaliação quantitativa e experiência dos profissionais a serem alocados para a execução do objeto contratual, **o atestado solicitado no subitem supra deverá ser fornecido por um Regime Próprio de Previdência Social, que tenha um total de no mínimo, 3.000 (três mil) segurados, ativos, aposentados e pensionistas, relativo à execução dos serviços de consultoria atuarial pelo licitante**, realizados de forma satisfatória, contendo a quantidade de segurados (ativos, aposentados e pensionistas) vinculados ao Regime Previdenciário do Ente Federativo do qual se trata o atestado solicitado.
- a. É necessário que o atestado permita a identificação da pessoa que o está emitindo, portanto, deverá ser apresentado em papel timbrado do emitente ou conter razão social, CNPJ, endereço, telefone e com identificação do signatário e assinatura do responsável legal;
  - b. No caso de atestados emitidos por empresas de iniciativa privada, não serão considerados aqueles emitidos por empresas pertencentes ao mesmo grupo empresarial da empresa proponente;
  - c. Serão consideradas como pertencentes ao mesmo grupo empresarial da empresa proponente, empresas controladas ou controladoras da empresa proponente ou que tenha pelo menos uma mesma pessoa física ou jurídica que seja sócio da empresa proponente.
  - d. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

- e. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5, de 2017.

**5.1.2. Declaração do licitante, contendo a relação dos profissionais atuário em seu quadro, que prestarão serviços ao PreviD, que comprove possuir vínculo empregatício ou societário, com indicação do nome de cada profissional, sua (s) habilitação (ões) e respectivos currículos. (No ato da assinatura do contrato nos moldes do Acórdão nº 529/2018 – TCU – Plenário e nos moldes do subitem 19.2. do edital);**

**5.1.3. Comprovação de vínculo do responsável técnico da licitante, podendo ser feita, por meio da seguinte documentação (No ato da assinatura do contrato nos moldes do Acórdão nº 529/2018 – TCU – Plenário e nos moldes do subitem 19.2. do edital):**

- 5.1.3.1. Cópia do registro do contrato de trabalho na Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), ou ficha de empregado comprovando o tempo de experiência em atuária;
- 5.1.3.2. A vinculação dos profissionais ao quadro permanente do licitante poderá ser comprovada mediante contrato social, ou de suas alterações, quando for o caso de sócio-gerente ou sócio dirigente.
- 5.1.3.3. Comprovante de contratação de profissional autônomo (desde que preenchido os requisitos e se responsabilize tecnicamente pela execução dos serviços), mediante a contrato de prestação de serviços com firma reconhecida das assinaturas do contratante e do contratado.

**5.1.4. Comprovação de formação acadêmica de nível superior em Ciências Atuariais do profissional atuário que, efetivamente prestará assessoria ao PreviD, mediante a apresentação de diploma reconhecido pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC). (No ato da assinatura do contrato nos moldes do subitem 19.2. do edital).**

## **6. DAS CONDIÇÕES GERAIS DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

- 6.1. O objeto do presente termo deverá ser executado fielmente pelas partes de acordo com as cláusulas avençadas, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Os serviços, objeto do presente termo de referência, deverão ser realizados somente **após a assinatura do contrato e durante sua vigência, de forma fracionada e/ou de acordo com as necessidades e conveniências do CONTRATANTE**, mediante a emissão de **Ordem de Serviço/Autorização de Fornecimento**.
  - 6.2.1. A Ordem de Serviço/ Autorização de Fornecimento poderá ser emitida mediante Correspondência Oficial, e-mail e/ou telefone.
  - 6.2.2. Na Ordem de Serviço/Autorização de Fornecimento deverão constar, no mínimo, as seguintes informações:
    - a) Número do contrato, empenho e referência ao processo de origem;
    - b) Especificação (ões) do (s) serviço (s);
    - c) Data do início da prestação dos serviços;
    - d) Nome do fiscal de contrato, gestor de contrato e o nome do preposto designado pela CONTRATADA para o acompanhamento durante a execução do serviço;
- 6.3. A CONTRATADA deverá atender prontamente aos chamados do PreviD, todos os dias da semana, no horário de expediente compreendido das 07h30 às 13h30, salvo exigência diversa.

- 6.4. A CONTRATADA deverá oferecer atendimento personalizado, durante todo o período de vigência contratual, para dirimir quaisquer dúvidas e imprevistos sobre os serviços, objeto deste termo de referência.
- 6.5. Quanto aos serviços de assessoria e consultoria atuarial, os mesmos consistirão, basicamente, nas seguintes atividades:
- 6.5.1. Realizar o cálculo atuarial no período contratado, em até 07 (sete) dias úteis depois da solicitação deste Instituto, a fim de reavaliar o plano previdenciário existente, de acordo com a legislação vigente;
  - 6.5.2. Formular hipóteses para que o plano apresente equilíbrio financeiro e atuarial;
  - 6.5.3. Elaboração de Nota Técnica Atuarial e demais documentos periódicos pertinentes aos aspectos atuariais do PreviD, exigidos pelos órgãos normativos, contemplando, inclusive, a confecção de demonstrativos obrigatórios introduzidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/00), pela Lei Federal nº 9.717/1998 e suas alterações e pela Portaria MPS nº 464/2018 e suas alterações, compreendendo, entre outros:
    - 6.5.3.1. Demonstrativo das Projeções Atuariais do PreviD, elaborando o Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias que deverá acompanhar o Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO, referente ao último bimestre do exercício, conforme o art. 53 §1º, II da Lei Complementar nº 101/00;
    - 6.5.3.2. Avaliação da situação financeira e atuarial do PreviD, conforme o art. 4º, §2º, IV, da Lei Complementar Federal nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal), que deverá fazer parte do Anexo de Metas Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias, a ser remetida à Câmara de Vereadores;
    - 6.5.3.3. Demonstrativo de Resultado da Avaliação Atuarial (DRAA), no site da SPPS - Secretaria de Políticas de Previdência Social do Ministério da Fazenda;
    - 6.5.3.4. Revisão da Nota Técnica Atuarial visando à aderência à legislação, premissas atuariais e financeiras e cálculos vigentes;
  - 6.5.4. Elaborar relatório detalhado de avaliação atuarial anual;
  - 6.5.5. Apurar as provisões matemáticas correspondentes para registro contábil;
  - 6.5.6. Estabelecer o plano de custeio para o próximo exercício;
  - 6.5.7. Estudo da evolução da população de participantes do plano previdenciário;
  - 6.5.8. Estudo da aderência das hipóteses atuariais adotadas na avaliação atuarial;
  - 6.5.9. Reavaliação de estudos ou pareceres de impacto atuarial em caso de mudanças significativas na massa de participantes, em planos de cargos e vencimentos ou em legislação pertinente;
  - 6.5.10. Pesquisa, implantação e acompanhamento de alternativas de financiamento do plano previdenciário do ente público ou plano de previdência complementar;
  - 6.5.11. Participação em reuniões ou eventos promovidos pelo PreviD, para tratar de assuntos relativos ao objeto dos serviços contratados.
    - a. Caso as reuniões ou eventos sejam realizados em formato presencial, o custo com deslocamento, hospedagem, alimentação e demais despesas com viagens, serão sob as expensas da CONTRATADA.
    - b. Caso as reuniões ou eventos sejam realizados por teleconferência, a CONTRATADA deverá providenciar os equipamentos necessários para a perfeita execução.
    - c. O profissional atuário que prestará assessoria ao CONTRATANTE é quem deverá participar das reuniões e eventos citados acima. Poderá também participar dos eventos e reuniões o representante legal da empresa, desde que acompanhado pelo profissional atuário, tendo em vista que o segundo será o responsável pela prestação de serviços e dirimir dúvidas técnicas relacionadas ao objeto deste Termo.

- 6.5.12. Atender a fiscalização municipal, estadual ou federal, em assuntos relacionados ao objeto dos serviços;
- 6.5.13. O profissional atuário que prestará assessoria ao CONTRATANTE ou representante legal da empresa, acompanhado pelo profissional atuário deverá realizar até 02 (duas) visitas técnicas até a sede do PreviD, no decorrer do período de prestação de serviços, com todas as despesas de viagens, hospedagens, deslocamentos já inclusos no valor da prestação dos serviços, em até 10 (dez) dias úteis a partir da convocação, além de participar de reuniões virtuais através de aplicativos de teleconferência, quando necessário.
- 6.5.14. Estudo, análise, simulação e emissão de pareceres relativos a questões que sejam apresentadas pelo PreviD, decorrentes de aspectos atuariais, com prazo de entrega de até 05 (cinco) dias;
- 6.5.15. Acompanhamento, análise e determinação das implicações decorrentes de alterações na legislação pertinente e que tenham influências nos preceitos atuariais.
- 6.6. Os relatórios necessários para a elaboração dos pareceres, bem como dos demais relatórios previstos neste instrumento, serão encaminhados pelo PreviD em formato digital, por e-mail com os documentos nas extensões em **.pdf ou .xls ou .docx** ou em qualquer outro formato, desde que necessários à perfeita consecução das atividades, objeto deste Termo.
- 6.7. Os relatórios previstos neste Termo de Referência deverão ser entregues também impressos e encadernados, devidamente assinados, **em um prazo de até 10 (dez) dias úteis após a conclusão dos mesmos.**
- 6.8. A CONTRATADA deverá dispor de canais de contato (telefone/e-mail/central de relacionamento), para dirimir dúvidas, orientar e atender as demais demandas do CONTRATANTE.
- 6.8.1. Dependendo da complexidade das informações, quando necessário ou quando solicitado pelo CONTRATANTE, a CONTRATADA poderá realizar o atendimento por meio de acesso remoto, por meio de ferramenta ou programa específico a ser definido em comum acordo entre as partes;
- 6.9. A CONTRATADA deverá se atentar para as possíveis alterações da Portaria e demais normas pertinentes que regem os Regimes Próprios de Previdência Social nos preceitos atuariais, de forma a atualizar e orientar sempre o CONTRATANTE com base nestas modificações;
- 6.10. Ressalta-se que os profissionais indicados pelo licitante para fins de comprovação de capacitação técnico-profissional deverão participar do serviço objeto desta licitação, admitindo-se a substituição por profissional com experiência equivalente ou superior, desde que aprovado pela Diretoria Executiva do PreviD, Comitê de Investimento e seus respectivos conselhos;
- 6.11. No decorrer do contrato, o RPPS, mediante notificação feita à Contratada, poderá exigir a substituição desses profissionais, caso apurada e comprovada conduta incorreta com o perfil ético e profissional. Tal substituição deverá ser realizada em no máximo 30 (trinta) dias do recebimento da notificação, sob pena de aplicação de sanções administrativas.
- 6.12. Em caso de irregularidade não sanada pela CONTRATADA, o CONTRATANTE, por meio de seu representante, reduzirá a termo os fatos ocorridos e encaminhará à autoridade competente para que sejam tomadas as providências legais pertinentes.

## 7. DO CRONOGRAMA

- 7.1. **PRAZO DE EXECUÇÃO:** Inicia-se com a assinatura do contrato e após a emissão da Ordem de Serviço, observando a periodicidade de cada serviço definidos na cláusula sexta deste Termo.





7.1.1. Realizar o cálculo atuarial no período contratado, em até 07 (sete) dias úteis depois da solicitação deste Instituto, a fim de reavaliar o plano previdenciário existente, de acordo com a legislação vigente;

7.1.2. Estudo, análise, simulação e emissão de pareceres relativos a questões que sejam apresentadas pelo PreviD, decorrentes de aspectos atuariais, com prazo de entrega de até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da Ordem de Serviço.

7.2. **DAS VISITAS TÉCNICAS:** Serão realizadas até 02 (duas) visitas técnicas *in loco*, além da participação de reuniões virtuais, por meio de aplicativos de teleconferência, conforme as necessidades e conveniências do PreviD. A visita ou a reunião virtual deverão realizadas em até 10 (dez) dias úteis, a partir da convocação emitida pela CONTRATANTE.

7.3. **DOS DEMAIS SERVIÇOS PERTINENTES A CONSULTORIA ATUARIAL:** Seguir os prazos disposto nos subitens 6.5.1 ao 6.5.15. deste termo.

## 8. DO LOCAL DE ENTREGA

8.1. **DOS SERVIÇOS DE CONSULTORIA ATUARIAL:** Deverão ser realizados nas dependências da CONTRATADA e quando necessário a perfeita execução do contrato, tais serviços poderão ser realizados nas dependências do CONTRATANTE, situado na Av. Weimar Gonçalves Torres, nº 3.215, sala D, Centro, Dourados/MS – CEP: 79.800-025.

8.2. **DAS VISITAS TÉCNICAS E REUNIÕES:** Deverão ser realizadas por meio de ferramenta de videoconferência ou quando necessário na sede do Instituto de Previdência Social dos Servidores do Município de Dourados/MS – PreviD, no endereço supracitado ou em outro local previamente informado pelo CONTRATANTE.

## 9. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

9.1. A vigência contratual será de **12 (doze) meses, contados a partir da data de 05 de janeiro de 2022**, podendo ser prorrogados ou acrescidos, de acordo com a Lei nº 8.666/1993 e alterações posteriores.

## 10. DA COMISSÃO DE RECEBIMENTO E DO FISCAL DE CONTRATOS

10.1. Todos os serviços, mercadorias e demais bens, adquiridos pelo CONTRATANTE, deverão ser conferidos por 02 (dois) membros da Comissão de Recebimento, designados por meio da Portaria nº 049/2018/ADM/PREVID, publicada no Diário Oficial de Dourados – Ano XX, nº 4.711, de 15 de junho de 2018.

10.2. Será designado um servidor do Instituto para acompanhamento e fiscalização deste instrumento contratual, mediante portaria administrativa, a qual será devidamente publicada no Diário Oficial de Dourados e posteriormente juntada ao procedimento de contratação.

10.3. A Comissão somente é responsável pela conferência dos produtos/serviços recebidos ao Instituto, competindo somente ao fiscal de contratos, o acompanhamento quanto ao cumprimento das cláusulas deste instrumento.

## 11. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO DA LICITAÇÃO

11.1. Todo o recebimento do objeto contratual será acompanhado e conferido pela Comissão de Recebimentos deste Instituto e/ou através do fiscal de contrato.

- 11.1.1. Ao término da execução do serviço, objeto deste contrato, o CONTRATANTE irá analisá-lo, verificando se os mesmos conferem com os que foram licitados, bem como, se estão em perfeitas condições de uso.
- 11.2. Os objetos, estando de acordo com a proposta de preços e de acordo com o disposto no instrumento contratual, serão recebidos na forma do art. 73, inciso I da Lei nº 8.666/93:
- a) **PROVISÓRIO** – No ato da entrega do objeto licitado, para posterior verificação de sua conformidade com o solicitado.
  - b) **DEFINITIVO** - após a verificação da qualidade, características e quantidade do bem e consequente aceitação, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório
- 11.2.1. O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade civil por vícios de forma, quantidade, qualidade ou técnicos ou por desacordo com as correspondentes especificações, verificadas posteriormente.
- 11.3. Não serão admitidos, para efeitos de recebimento, serviços que estejam em desacordo ou conflitantes com quaisquer especificações descritas no presente Contrato
- 11.4. Caso haja a constatação de quaisquer falhas durante a execução contratual, a CONTRATADA deverá corrigi-las em um prazo máximo de **3 (três) dias úteis**, sob aplicação das sanções administrativas.
- 11.5. As despesas decorrentes de correções de falhas e quaisquer irregularidades que a CONTRATADA venha a ter causado, será exclusivamente sob suas expensas.
- 11.6. Se a CONTRATADA deixar de realizar o serviço, sem justificativa por escrito e sem o aceite do Instituto, sujeitar-se-á às penalidades impostas pela legislação vigente

## 12. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 12.1. As despesas decorrentes da execução do objeto da presente licitação correrão a cargo da seguinte dotação orçamentária:
- 18.00. – Instituto de Previdência Social dos Servidores do Município de Dourados
  - 18.01. – Instituto de Previdência Social dos Servidores do Município de Dourados
  - 09.272.124. – Manter do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS
  - 2.075 – Manutenção das Atividades do IPSSD
  - 3.3.90.35.00 – Serviços de Consultoria
  - 3.3.90.35.01 – Assessoria e Consultoria Técnica e/ou Jurídica
  - Fonte 143000
- 12.2. O valor máximo a ser contratado pela Administração Pública é de **R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) MENSAIS, perfazendo o montante (valor máximo global) em R\$60.000,00 (sessenta mil reais)**, conforme **Anexo III – Planilha de Preços**.
- 12.3. O CONTRATANTE se reserva no direito de, a seu critério, utilizar-se ou não, da totalidade da verba prevista.
- 12.4. Os valores correspondentes aos exercícios financeiros posteriores correrão por dotação orçamentária a ser estipulada oportunamente.

## 13. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E REAJUSTES

- 13.1. Os pagamentos devidos à CONTRATADA serão efetuados mensalmente em até **10 (dez) dias úteis**, contados da data de apresentação do **documento com validade fiscal**, devidamente atestado pelo setor

competente, juntamente com **as certidões negativa de tributos das esferas federal, estadual e municipal e das certidões de regularidade do FGTS e trabalhista.**

- 13.2. Quando do pagamento, a CONTRATADA deverá estar em dia com todas as condições de habilitação, ou seja, com todas as certidões exigidas na habilitação, vigente à época do pagamento, as quais deverão ser encaminhadas juntamente com o documento fiscal, conforme cláusula supra, **sob pena de notificação extrajudicial e permanecendo a irregularidade, rescisão contratual.**
- 13.3. Os **documentos com validade fiscal** correspondentes, serão discriminativos, constando **o número do contrato firmado, número da nota de empenho, bem como, dados bancários (banco, agência, número da conta corrente e praça de pagamento).**
- 13.4. Caso se constate erro ou irregularidade no documento com validade fiscal, o CONTRATANTE, a seu critério, poderá devolvê-lo, para as devidas correções, ou aceitá-lo, com a glosa da parte que considerar indevida.
- 13.5. Na hipótese de devolução do documento com validade fiscal, será considerado como **não** apresentado, para fins de atendimento das condições contratuais e o prazo para pagamento passará a fluir após sua reapresentação.
- 13.6. Ocorrendo atraso no pagamento por culpa exclusiva do CONTRATANTE, os valores poderão ser corrigidos monetariamente com base na variação do IPCA/IBGE ou índice que venha substituí-lo.
- 13.7. O CONTRATANTE não pagará, sem que tenha autorizado prévia e formalmente, nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, sejam ou não instituições financeiras.
- 13.8. Não será efetuado qualquer pagamento à CONTRATADA enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.
- 13.9. Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela CONTRATADA, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.
- 13.10. O CONTRATANTE efetuará retenção, na fonte, dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos à CONTRATADA.
- 13.11. A CONTRATADA ficará obrigada aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões do valor inicial atualizado do contrato de acordo com art. 65, §1º da Lei Federal nº 8.666/93.
- 13.12. Caso ocorra o desequilíbrio econômico-financeiro durante a execução do presente contrato, a CONTRATADA poderá requerer formalmente ao PreviD a revisão dos valores pactuados, relatando os detalhes e os fatos anexando ao pedido os documentos que comprovem o alegado desequilíbrio, o qual será submetido à análise e parecer do órgão CONTRATANTE conforme previstos no art. 65, da lei 8.666/93.
- 13.13. Os preços serão fixos e irreajustáveis e deverão ser expressos em moeda corrente do país, salvo se em decorrência de prorrogações do prazo de vigência ultrapassar 12 (doze) meses, hipótese em que a CONTRATADA poderá ter o saldo remanescente ajustado, se houver.
- 13.14. O reajuste de valores, em virtude da prorrogação contratual, será medido pelo IPCA/IBGE, conforme o caso, ou qualquer outro índice que venha a ser adotado pelo Governo Federal.
- 13.15. Fica expressamente estabelecido que, no preço apresentado na proposta, deverão estar inclusas todas as despesas que incidam ou venham a incidir, tais como: tributos, seguros, encargos sociais, enfim, todos os custos diretos e indiretos necessários ao cumprimento do objeto contratual.



#### 14. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRADADA

- 14.1. Manter, durante toda a execução do objeto contratado, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação, **sob pena de notificação extrajudicial e permanecendo a irregularidade, rescisão contratual.**
- 14.2. Cumprir rigorosamente com comprometimento, assiduidade e qualidade os serviços prestados, **o que se encontra disposto neste instrumento, bem como, no edital e seus anexos.**
- 14.3. Propiciar esclarecimentos e informações de cunho técnico, quando solicitado, visando facilitar o entendimento dos resultados apresentados, bem como os reflexos na política previdenciária da administração pública municipal.
- 14.4. Todo e qualquer profissional que venha a prestar o serviço, objeto deste termo, seja o consultor responsável ou o substituto deverão possuir as qualificações técnicas mínimas exigidas no item cinco deste instrumento.
- 14.5. Realizar o objeto da contratação, de acordo com a proposta apresentada e normas legais, ficando a seu cargo todas as despesas diretas e indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus adicional ao PreviD, observando sempre os critérios dos serviços a serem prestados.
- 14.6. A CONTRATADA deverá manter quadro de pessoal capacitado e suficiente para garantir a execução dos serviços, nos regimes contratados, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, greve, falta ao serviço e demissão de empregados, sendo de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA as despesas com todos os encargos e obrigações sociais, trabalhistas e fiscais.
- 14.7. Assumir, com exclusividade, todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência do objeto deste termo de referência, bem como, as contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas e quaisquer outras despesas que se fizerem necessárias ao cumprimento do objeto pactuado.
- 14.8. Responsabilizar-se por recolhimento ou pela omissão total ou parcial nos recolhimentos de tributos que incidam ou venham a incidir sobre os serviços contratados.
- 14.9. Arcar com todos os custos relativos à hospedagem, deslocamento e alimentação, nos casos em que for necessário a visita nas dependências do CONTRATANTE ou em outro local estipulado pelo mesmo.
- 14.10. **Manter absoluto sigilo sobre todos os documentos e elementos que passem pela apreciação da CONTRATADA.**
- 14.11. Observar os princípios de confidencialidade e sigilo dos resultados.
- 14.12. Admite-se, durante a execução dos serviços, a substituição do profissional designado para a execução do serviço por outro profissional de experiência equivalente ou superior, seja a pedido do CONTRATANTE ou mediante prévia e autorização do PreviD, por escrito, sob pena de incorrer na inexecução do contrato de demais cominações contratuais.
- 14.13. **Designar, por escrito, no ato de assinatura do contrato, preposto (s)** que detenha poderes para resolução de possíveis ocorrências durante a execução do contrato que será o responsável pelo bom andamento sobre o fornecimento do objeto e possa tomar as providências pertinentes para que sejam corrigidas todas as falhas detectadas.
- 14.14. Oferecer atendimento personalizado, durante todo o período estabelecido de vigência do contrato, para dirimir quaisquer dúvidas, orientações e esclarecimentos sobre os serviços, objeto deste Termo.

- 14.15. Comunicar, por escrito, ao CONTRATANTE, toda e qualquer orientação acerca dos serviços, excetuados os com atendimentos orais determinados pela urgência, que deverão ser confirmados, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.
- 14.16. Informar ao CONTRATANTE, antes do início da vigência do contrato, os impedimentos da execução do serviço, justificando-os e comprovando-os.
- 14.17. Comunicar ao CONTRATANTE qualquer anormalidade ou quaisquer alterações necessárias, que interfiram na execução e bom andamento dos serviços, objeto do presente termo de referência.
- 14.18. Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente.
- 14.19. Responsabilizar-se por quaisquer danos pessoais ou materiais causados por seus empregados ou prepostos, inclusive por omissão destes, ao PreviD ou a terceiros, nas dependências deste Instituto ou no local onde será prestado o serviço.
- 14.20. Responsabilizar-se pelo ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos causados por culpa ou dolo de seus empregados, prepostos e/ou contratados, bem como se obrigar por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força da lei, relacionadas com o cumprimento do presente Contrato.
- 14.21. Responsabilizar-se por todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal, relacionados com os serviços prestados, originalmente ou vinculado por prevenção, conexão ou continência.
- 14.22. Ressarcir ao CONTRATANTE o equivalente a todos os danos decorrentes de paralisação ou interrupção dos serviços contratados, exceto quando isto ocorrer por exigências do CONTRATANTE ao ainda por caso fortuito ou força maior, circunstâncias devidamente comunicadas ao CONTRATANTE no prazo de 24 (vinte e quatro) horas após a ocorrência.
- 14.23. Em caso de irregularidade não sanada pela CONTRATADA, o PreviD, por meio de seu representante reduzirá a termo os fatos ocorridos e encaminhará à autoridade competente para que sejam tomadas as providências legais pertinentes.
- 14.24. Cumprir todas as leis e posturas federais, estaduais e municipais pertinentes e responsabilizar-se por todos prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa.
- 14.25. Acatar o Código de Defesa do Consumidor conforme disposto na Lei nº 8.078/90.

## **15. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

- 15.1. Fornecer à CONTRATADA todos os dados e informações necessários à emissão de relatórios, análises e pareceres em tempo hábil para que a licitante vencedora consiga executar os serviços respeitando o cronograma e as legislações vigentes, inerentes ao objeto contratual.
- 15.2. Fiscalizar, durante toda a execução do objeto contratado, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação.
- 15.3. Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a CONTRATADA.
- 15.4. Assegurar o livre acesso dos empregados da CONTRATADA, devidamente identificados em suas dependências.
- 15.5. Prezar pela boa-fé e veracidade das informações, quando solicitadas.
- 15.6. Fornecer e colocar à disposição da CONTRATADA todos os elementos e informações que se fizerem necessárias à execução do contrato.

- 15.7. Acompanhar a execução do contrato efetuada pela CONTRATADA, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajustes ou suspensão dos serviços.
- 15.8. Notificar, formal e tempestivamente, à CONTRATADA sobre as irregularidades observadas no cumprimento deste contrato.
- 15.9. Notificar à CONTRATADA, por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade.
- 15.10. Aplicar as penalidades legais e contratuais.
- 15.11. Comunicar expressamente à CONTRATADA as irregularidades observadas durante sua execução e providenciar as devidas correções.
- 15.12. Rejeitar os serviços que a CONTRATADA executar fora das especificações do edital e seus anexos, sujeitando-se às penalidades cabíveis.

## **16. DO COMPARTILHAMENTO E TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS NA EXECUÇÃO DO CONTRATO**

- 16.1. A CONTRATADA e o CONTRATANTE deverão atender as disposições constantes, Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), Lei nº 13.709/2018.
- 16.2. À CONTRATADA, na qualidade de OPERADOR de dados, caberá:
  - I. Realizar o tratamento dos dados pessoais em estrita conformidade às instruções repassadas pelo CONTRATANTE;
  - II. Adotar medidas técnicas e administrativas de segurança aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, segundo a LGPD;
  - III. Utilizar recursos de segurança da informação e de tecnologia da informação de qualidade, eficiência e eficácia reconhecidas e em versões comprovadamente seguras e atualizadas, de forma a reduzir o nível de risco ao qual o objeto do contrato ou o CONTRATANTE está exposto.
  - IV. Manter os registros de tratamento de dados pessoais que realizar, assim como aqueles compartilhados, com condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo;
  - V. Facultar acesso a dados pessoais somente para o pessoal autorizado que tenha estrita necessidade e que tenha assumido compromisso formal de preservar a confidencialidade e segurança de tais dados, ou ao próprio Titular dos dados, devendo tal compromisso estar disponível em caráter permanente para exibição à CONTRATANTE, mediante solicitação.
  - VI. Permitir a realização de auditorias do CONTRATANTE e disponibilizar toda a informação necessária para demonstrar o cumprimento das obrigações relacionadas à sistemática de proteção de dados;
  - VII. Informar e obter a anuência prévia do CONTRATANTE sobre a utilização de serviços de terceiros para sustentar ou viabilizar o funcionamento da Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação para o desenvolvimento das atividades, objeto do presente Termo.
  - VIII. Apresentar ao CONTRATANTE, sempre que solicitado, toda e qualquer informação e documentação que comprovem a implementação dos requisitos de segurança especificados na contratação, de forma a assegurar a auditabilidade do objeto contratado, bem como os demais dispositivos legais aplicáveis;

- IX. Auxiliar, em toda providência que estiver ao seu alcance, no atendimento pelo CONTRATANTE e de obrigações perante titulares de dados pessoais, autoridades competentes ou quaisquer outros legítimos interessados;
- X. Comunicar formalmente e de imediato ao CONTRATANTE a ocorrência de qualquer risco, ameaça ou incidente de segurança que possa acarretar comprometimento ou dano potencial ou efetivo a Titular de dados pessoais, evitando atrasos por conta de verificações ou inspeções;
- XI. Promover a revogação de todos os privilégios de acesso aos sistemas, informações e recursos do CONTRATANTE, em caso de desligamento de funcionário das atividades inerentes à execução do contrato.
- XII. Obter, quando necessário, o consentimento dos titulares dos dados sob tratamento, nos termos do art. 8º da Lei nº 13.709/2018.
- XIII. Abster-se da utilização dos dados pessoais tratados para finalidade diversa da execução dos serviços, objeto deste Termo.
- XIV. Adotar planos de respostas a incidentes de segurança eventualmente ocorridos durante o tratamento dos dados coletados para a execução das finalidades deste instrumento, bem como dispor de mecanismos que possibilitem a sua remediação, de modo a evitar ou minimizar eventuais danos aos titulares dos dados;
- XV. Responsabilizar-se por prejuízos causados ao CONTRATANTE em razão de coleta e tratamento inadequado dos dados pessoais compartilhados para as finalidades pretendidas no presente Termo de Referência;
- XVI. Responsabilizar-se pelos danos patrimoniais, moras, individuais ou coletivos que venham a ser causados em razão do descumprimento de suas obrigações legais no processo de tratamento dos dados compartilhados pelo CONTRATANTE;
- XVII. Definir e executar procedimento de descarte seguro dos dados pessoais, que estejam em sua posse, ao encerrar a execução do contrato ou após a satisfação da finalidade pretendida.
- 16.3. Ao CONTRATANTE, na qualidade de CONTROLADORA dos dados pessoais, caberá:
- I. Fornecer, observadas as diretrizes de sua Política Local de Proteção de Dados Pessoais e Política de Privacidade, as instruções e condições necessárias ao tratamento dos dados pelo Operador/Contratado;
  - II. Adotar medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito;
  - III. Adotar mecanismos transparentes, de fácil compreensão e acesso, que permitam a ciência inequívoca dos titulares dos dados a respeito de sua Política de Privacidade, que deve conter, minimamente, as medidas acima indicadas;
  - IV. Compartilhar com o Operador as informações pessoais fornecidas pelos usuários dos serviços públicos por ela prestados, estritamente necessárias à execução do objeto do contrato e nos exatos termos definidos em sua Política de Privacidade, após a aceitação dos termos de uso pelo usuário ou seu representante legal, quando for o caso;
  - V. Definir quais serão os dados pessoais tratados, bem como as finalidades e as formas de tratamento para cada dado coletado;

- VI. Comunicar à autoridade nacional de proteção de dados e ao titular dos dados a ocorrência de incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante aos titulares, após o recebimento da comunicação formal feita pelo Operador;
- VII. Providenciar a eliminação segura dos dados obtidos para a prestação do serviço e compartilhados com o Operador/Contratada, após o término do tratamento, exceto quanto necessários ao atendimento das finalidades previstas no art. 16 da Lei Federal nº 13.709/2018, quando estará autorizada a sua conservação;
- VIII. Responsabilizar-se pelos danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos que venham a ser causados em razão do descumprimento de suas obrigações legais e das medidas de segurança estabelecidas em sua política de privacidade, no processo de compartilhamento dos dados, a menos que reste comprovado que o dano é decorrente de culpa exclusiva do titular dos danos ou de terceiros.

## 17. DA RESCISÃO CONTRATUAL

- 17.1. O CONTRATANTE poderá rescindir o presente Contrato de pleno direito, independentemente de interpelação judicial, pela ocorrência de quaisquer hipóteses previstas nos incisos I a XII, XVII e XVIII do artigo 78, combinado com o artigo 79 da Lei Federal nº 8.666/93, garantindo à CONTRATADA o direito de defesa e o contraditório, nos termos do artigo 109 da mesma Lei.
- 17.2. O inadimplemento ou inexecução total ou parcial do fornecimento nos prazos propostos e contratados, caracterizará inadimplemento contratual, motivando a rescisão do Contrato sem prejuízo da aplicação das penalidades a que alude o artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93.
- 17.3. A rescisão acarretará, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial por parte do CONTRATANTE, a retenção dos créditos decorrente deste Contrato limitada ao valor dos prejuízos causados, além das sanções previstas neste ajuste, até a completa indenização dos danos.
- 17.4. A declaração de nulidade do presente contrato opera retroativamente impedindo os efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.
- a. A nulidade não exonera o Instituto do dever de indenizar a CONTRATADA pelo que esta houver executado até a data em que ela for declarada e por outros prejuízos regularmente comprovados, contanto que não lhe seja imputável, comprovando-se a responsabilidade de quem lhe deu causa.
- 17.5. Fica expressamente acordado que, em caso de rescisão, nenhuma remuneração será cabível, a não ser o ressarcimento de despesas autorizadas pelo CONTRATANTE e, comprovadamente realizadas pela CONTRATADA previstas no presente Contrato.

## 18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 18.1. A recusa injustificada da licitante vencedora em assinar o Contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo previsto no **item 19.1. do edital**, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.
- 18.2. As penalidades previstas no subitem anterior não se aplicarão aos licitantes remanescentes convocados em virtude da não aceitação da primeira colocada, ressalvado o caso de inadimplemento contratual, após a contratação de qualquer das empresas.
- 18.3. A CONTRATADA, em conformidade com o art. 7º da Lei Federal nº 10.520/2002, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem



prejuízo das multas previstas neste Contrato e nas demais cominações legais, assegurado o direito à prévia e ampla defesa, se:

- I. Deixar de entregar ou apresentar documentação falsa;
- II. Não celebrar o contrato;
- III. Ensejar o retardamento na execução do objeto do CONTRATO;
- IV. Não manter a proposta, injustificadamente;
- V. Falhar ou fraudar na execução do objeto do CONTRATO;
- VI. Comportar-se de modo inidôneo;
- VII. Cometer fraude fiscal.

18.4. Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa, o Instituto poderá aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

- a) Advertência por escrito, quando a CONTRATADA praticar irregularidades de pequena monta;
- b) Multa administrativa no percentual de **5% (cinco por cento)**, por dia de atraso na execução do serviço, sobre o valor do item adjudicado, a partir do primeiro dia útil da data fixada para a entrega do objeto, limitada a **20% (vinte por cento)** do valor do contrato;
- c) Multa administrativa de **20% (vinte por cento)** sobre o valor do contrato, em caso de Rescisão contratual, sem justo motivo, pela CONTRATADA.
- d) Suspensão temporária de participação em licitação, impedimento de contratar com a Administração Pública direta ou indireta, até o prazo de 2 (dois) anos;
- e) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

18.5. As sanções previstas nas alíneas “a”, “d” e “e”, dos subitens anteriores poderão ser aplicadas juntamente com as de multa (alíneas “b” e “c” dos subitens anteriores), facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo, observando o disposto nos artigos 109 e 110 da Lei Federal n.º 8.666/93, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da publicação no Diário Oficial.

18.6. *Todas as penalidades citadas no subitem anterior, além de outras que a lei possa prever, serão obrigatoriamente registradas as ocorrências no SICAF por força do disposto no art. 38 e 40 da Instrução Normativa nº 02/2010 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.*

18.7. Os danos e prejuízos serão ressarcidos ao CONTRATANTE no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contado da notificação administrativa à CONTRATADA, sob pena de multa.

18.8. As eventuais multas aplicadas não eximem a CONTRATADA da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a rescisão do contrato.

18.9. A notificação que dará ciência à CONTRATADA de que foi penalizada informará o motivo da aplicação da penalidade e, no caso de multa, o valor a ser pago.

18.10. A CONTRATADA terá o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da sua notificação, para recorrer das penas aplicadas nesta Cláusula. Decorrido este prazo, a penalidade passa a ser considerada como aceita na forma como foi apresentada.

18.11. Sendo aplicada multa, decorrido o prazo para recurso deverá a CONTRATADA recolher o valor da mesma no Departamento Financeiro do PREVID, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, podendo, ainda, ser descontadas de qualquer fatura ou crédito existente, a critério da mesma.

18.12. A CONTRATADA poderá perder tal a condição, caso venha a se enquadrar nas situações previstas nos artigos 77 e 78 da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores e nos casos que especifica:

- I. estado de protesto, falência e concordata, insolvência notória ou situação econômica – financeira comprometida;
- II. ter título protestado cujo valor possua, a juízo do contratado comprometer a sua idoneidade financeira e/ou a eficiente execução do Contrato;
- I. ter sido declarado devedor das Fazendas Federal, Estadual ou Municipal, do INSS e FGTS.

18.13. As penalidades estabelecidas em lei não excluem qualquer outra prevista neste instrumento, nem a responsabilidade da CONTRATADA por perdas e danos que causar ao CONTRATANTE ou a terceiros em consequência do inadimplemento das condições contratuais.

## 19. DA SUBCONTRATAÇÃO

19.1. A Licitante Vencedora **NÃO** poderá subcontratar, ceder ou transferir, no todo ou em parte, o objeto do presente termo, salvo com prévia e expressa autorização, por escrito, do Instituto, observadas as disposições legais pertinentes.

## 20. DAS AMOSTRAS E CATÁLOGOS

20.1. Não será exigido amostra ou catálogos no presente certame.

## 21. DA RESPONSABILIDADE PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

21.1. Elaborado, em conjunto pela Diretoria Financeira, do qual reuniu às informações técnicas concedendo-as à Diretoria Administrativa para elaboração aos demais atos para a contratação, bem como, mediante aos resultados apresentados no Estudo Técnico Preliminar.

**ROSANE APARECIDA FRITZEN D'SAMPAIO FERRAZ**

Diretora Financeira

**SILVANA MARIA RADAELLI DE ASSIS**

Diretora Administrativa

## 22. DA AUTORIZAÇÃO

22.1. Aprovo o presente Termo de Referência e Autorizo a realização da Licitação na modalidade Pregão eletrônico nos moldes do art. 7º, inc. I do Decreto Municipal nº 3.447/2005.

Dourados/MS, 26 de novembro de 2021.

**ANA CAROLINA GONINO BARRETO**

Pregoeira